

# Destaque

**Crise A Helsínquia cabem cerca de 1200 milhões de euros do pacote de ajuda a Lisboa**

## Eleições de domingo na Finlândia ameaçam criar um abalo em Portugal

Os Verdadeiros Finlandeses, bem posicionados para integrar um próximo Governo de coligação, são nacionalistas e anti-resgate financeiro. Prometem causar réplicas na Europa

Francisca Gorjão Henriques

● Querem um estado social, mas apenas para os finlandeses. E recusam-se a ver a Finlândia pagar pelos desaires económicos dos outros países da União Europeia. As sondagens têm apontado para um crescimento meteórico do partido populista Verdadeiros Finlandeses. Não se espera que venha a ser o mais votado nas legislativas de domingo, mas é provável que tenha uma palavra a dizer no próximo governo. Se isso acontecer, os efeitos colaterais poderão ser sentidos em Portugal.

É muito raro a UE entrar no debate político interno da Finlândia (como de vários outros países-membros). Só que desta vez o tema invadiu a campanha, polarizou o país e deverá ser determinante na forma como os eleitores vão votar.

A economia finlandesa está em boa forma, mas a fazer cortes na Segurança Social; muita gente vê com maus olhos os milhões de euros que foram emprestados à Grécia primeiro, à Irlanda depois, e que agora serão, ou não, enviados para Portugal. O Parlamento de Helsínquia tem a prerrogativa de aprovar a ajuda financeira aos países da zona euro. Quando for delineado o pacote de financiamento a Lisboa (está previsto um empréstimo de cerca de 1200 milhões de euros por parte da Finlândia), já a nova assembleia estará formada e, quem sabe, preparada para o chumbo.

Como os resgates são decididos por unanimidade, se a Finlândia decidir não apoiar Portugal, o Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEFF) terá de ser modificado para se avançar com a ajuda, o que poderia colocar problemas noutros parlamentos da zona euro, advertiu à Reuters Martti Salmi, conselheiro do ministro das Finanças finlandês.

Os Verdadeiros Finlandeses farão os possíveis para garantir o chumbo do resgate. Se na legislatura cessante o partido tinha apenas seis lugares no Parlamento, a última sondagem feita para a emissora YLE, divulgada ontem, atribuiu-lhe 15,4% dos votos (as projecções chegaram a ser ainda mais generosas, colocando-o como o segundo mais votado). Ou seja, poderá conseguir eleger cerca de três dezenas dos 200 deputados. Acresce que não são apenas os Verdadeiros Finlandeses que se opõem ao resgate financeiro português. São também os Sociais-Democratas, a quem o mesmo inquérito atribuiu 18 por cento.

A Finlândia está acostumada a executivos formados por vários partidos e deverá ser novamente uma aliança

**Timo Soini, líder dos Verdadeiros Finlandeses em campanha**



### Conselho de Ministros reuniu-se ontem

Governo classifica chumbo finlandês de ajuda a Portugal como revés europeu

Sem solidariedade não há Europa. Foi com este argumento que o Governo reagiu à notícias sobre a possibilidade da Finlândia inviabilizar a ajuda externa a Portugal. No fim do Conselho de Ministros realizado ontem, Pedro Silva Pereira voltou a insistir na ideia — já antes defendida por José Sócrates — de que os ataques aos países europeus exigiam “uma resposta concertada”.

Depois de reconhecer que “o Governo português acompanha as notícias sobre essa matéria”, o ministro da Presidência do Conselho de Ministros afirmou que caso os restantes Estados-membros recusassem o apoio a Portugal, estariam a condenar a União

Europeia: “A situação que se verifica nos mercados financeiros de dívida soberana exige uma resposta concertada da Europa e em particular dos países da moeda única. Se não houver esse espírito de solidariedade na construção de uma resposta integrada da Europa a esta situação, então é o próprio projecto europeu que tem a perder.”

Ainda assim, o governante deu mostras que os sinais vindos da Finlândia pouco mais poderiam ser que frases-feitas do “período de disputa eleitoral onde [na Finlândia] está é uma das temáticas presentes”. Por isso mesmo manifestou a esperança que “nessa matéria

o bom senso venha a prevalecer”.

As últimas sondagens na Finlândia apontam para um aumento na intenção de voto nos partidos eurocéticos. Os mesmos que têm manifestado a sua oposição a um resgate financeiro de Portugal. Caso os valores nas sondagens se confirmassem, o novo equilíbrio parlamentar naquele país poderia trazer consequências sobre a posição oficial do país sobre o assunto.

São 48 por cento aos que se opõem à ajuda a Portugal, bem como ao aumento do montante de capital do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (FEFF), face a 52 por cento dos que são a favor, confirmou Martti Salmi, um conselheiro do ministro das Finanças finlandês. **N.S.L.**

a governar este país nórdico de 5,4 milhões de habitantes. Mas desta vez liderada pela Coligação Nacional do actual ministro das Finanças, Jyrki Katainen.

A Coligação Nacional — de centro-direita, talvez o mais pró-UE e a favor do auxílio financeiro — conseguirá, ao que tudo indica, ver aumentado o apoio do eleitorado (21,2% das intenções de voto). Tem como principal rival o seu actual parceiro e líder da coligação, o Partido do Centro, da primeira-ministra Mari Kiviniemi (as sondagens dão-lhe 18,6%).

“A confirmarem-se as sondagens, a actual coligação irá manter a maioria no Parlamento”, comentou ontem à Reuters Pasi Kuoppamäki, economista do Sampo Bank. Mas ressaltou que ainda assim a obstrução à ajuda europeia está seriamente em risco.

Os dois principais partidos já fizeram saber que não excluem uma aliança com os nacionalistas. Mas estes informaram que não participarão num governo pronto a dar mais garantias de endividamento - o →



## Crise FMI diz que a UE está a ser ineficaz nas soluções para a crise da dívida soberana

→ país é um dos seis da zona euro avaliado pelas empresas de *rating* em AAA e por isso as suas garantias são fundamentais para o FEEF conseguir empréstimos a juros mais baixos nos mercados internacionais.

Se os Verdadeiros Finlandeses entrarem mesmo no Governo, “quase de certeza que os mercados financeiros se irão assustar e os custos do financiamento para a maioria dos países endividados irá aumentar”, continua o economista.

Mas se é verdade que o novo executivo irá ter em conta a opinião pública, haverá também uma forte pressão externa sobre Helsínquia para que viabilize o pacote de ajuda a Portugal a bem da estabilidade do euro, comentam analistas.

### 59% contra empréstimos

Os estudos mostram que 59 por cento dos finlandeses são contra os resgates financeiros dos parceiros da União. Para o ministro das Finanças, é uma boa notícia porque “significa que os outros a aceitam”. “Temos de apoiar soluções que mantenham a estabilidade financeira da Europa”, explicou Jyrki Katainen à Reuters durante a campanha.

Também o comissário europeu das Finanças, Olli Rehn, alertou os seus conterrâneos finlandeses que uma rejeição da ajuda a Portugal iria afectar a estabilidade de toda a zona euro.

Estes argumentos convencerão alguns eleitores, mas não se sabe se os suficientes. Por oposição, e aparentemente com sucesso, o partido nacionalista eurocético insiste no seu slogan “os finlandeses primeiro”.

Recentemente, o partido nacionalista fez uma viragem para a direita radical, explica por e-mail ao PÚBLICO Cristian Norocel, investigador do Departamento de Ciências Políticas das Universidades de Helsínquia e Estocolmo. “Apela à ‘protecção social chauvinista’... com uma agenda cada vez mais anti-imigração”.

Parte da sua popularidade explica-se pelo carisma do seu líder, “a face mais refinada do partido”, “que se apresenta no *media* como um homem vulgar, com interesses vulgares”, continua Norocel. Timo Soini “tem ideias conservadoras relativas aos direitos das mulheres (especialmente o direito ao aborto) e dos homossexuais (é contra o casamento gay)”. E apesar de ser eurodeputado, é muito crítico da UE.

Para além disso, “explora a representação estereotipada das duas comunidades que aponta como responsáveis pelas dificuldades económicas do cidadão comum”, adianta o investigador. “Primeiro, a minoria de língua sueca (5,5 por cento da população tem o sueco como língua materna). O partido critica a natureza bilingue do Estado (tanto o finlandês como o sueco são línguas oficiais)... Depois, os imigrantes, (especialmente os de credo muçulmano), acusados de não se integrarem na maioria finlandesa” e de apenas “virem à procura dos benefícios económicos”, com peso para a protecção social.

O analista prevê que “o próximo Governo possa ser mais reservado face à UE e à cooperação na zona euro”.

## Eventual recusa da Finlândia vai agravar factura dos outros países da zona euro

Isabel Arriaga e Cunha, Bruxelas

Se Helsínquia não contribuir, os cerca de dois por cento da ajuda a Portugal que lhe cabem terão de ser repartidos pelos outros países

● Se a Finlândia recusar participar na ajuda externa a Portugal, não estará a criar uma situação inédita: a Eslováquia fez precisamente a mesma coisa no ano passado com a assistência à Grécia e não foi por isso que Atenas deixou de receber os empréstimos bilaterais prometidos pelos parceiros da zona euro. Os outros governos protestaram mas não tiveram alternativa senão assumir a parte da Eslováquia que, por ser um país pequeno e relativamente pobre, teria uma contribuição limitada a cerca de 1 por cento do total dos 80 mil milhões de euros prometidos pelos europeus aos gregos – o Fundo Monetário Internacional (FMI) assegura mais 30 mil milhões.

Na eventualidade de a Finlândia assumir a mesma posição, os outros países terão de voltar a repartir entre si os cerca de 2 por cento da ajuda a Portugal que lhe caberia. Neste caso, os encargos são menos pesados porque se limitam a garantias dos países do euro sobre empréstimos contraídos pelo Fundo Europeu de Estabilidade Financeira, ou FEEF, (dotado de 440 mil milhões de euros), ou do orçamento comunitário, no caso do Mecanismo Europeu de Estabilidade Financeira, o MEEF (com 60 mil milhões).

Se a ajuda a Portugal ascender como se prevê a 80 mil milhões de euros, os europeus assumirão cerca de 54 mil milhões – o resto fica a cargo do FMI. A repartição do esforço entre o FEEF e o MEEF ainda não está



PETER MUHLVAFAP

**Na hora de pagar**

### Na hora de pagar

A fatia de cada um na ajuda a Portugal (percentagem da ajuda)

Alemanha	29,1
França	21,8
Itália	19,2
Espanha	12,7
Holanda	6,13
Bélgica	3,7
Áustria	2,9
Finlândia	1,9
Eslováq.	1,0
Eslovénia	0,5
Estónia	0,2
Luxemb.	0,2
Chipre	0,2
Malta	0,09

Nota: Cálculo não tem em conta MEEF, apenas FEEF. Grécia e Irlanda não vão contribuir. Há ainda a somar a ajuda do FMI.

Fonte: PÚBLICO, a partir da chave de repartição do BCE

dada como inevitável, não augura no entanto muito sobre a participação voluntária destes países.

As coisas complicam-se pelo facto de à saída da Eslováquia do socorro da Grécia, se juntar o facto de Atenas e Dublin não participarem na assistência à Grécia e à Irlanda.

A verdade é que a factura resultante dos compromissos assumidos pelos governos “ajudantes” junto dos “ajudados” não tem parado de crescer desde o início da crise da dívida soberana, há um ano. O que tem contribuído em muito para as reacções cada vez mais hostis de algumas opiniões públicas relativamente às operações de socorro dos países em dificuldades.

decidida, e dependerá precisamente de eventuais acidentes de percurso. Ou seja: quantos mais países do euro recusarem garantir empréstimos a Portugal, maior será a contribuição do MEEF para o pacote nacional, de modo a evitar sobrecarregar os restantes membros. Isto porque, mesmo se não têm de emprestar directamente dinheiro a Portugal (como acontece na Grécia), as garantias fornecidas pelos governos do euro têm de ser inscritas na dívida pública dos respectivos países por imposição das regras estatísticas europeias.

Os custos resultantes da ajuda a Portugal poderá vir a ser aligeirada se alguns países da União Europeia (UE) que não integram o euro decidirem participar a título voluntário, como aconteceu com o Reino Unido, Suécia e Dinamarca no caso da Irlanda devido, sobretudo, à sua enorme exposição aos bancos célticos falidos.

A irritação manifestada há uma semana pelo ministro sueco das Finanças, Anders Borg, pelo facto de Portugal ter demorado tantos meses a pedir uma ajuda que era há muito

### Críticas de Dominique Strauss-Khan

FMI diz que plano europeu contra a crise da dívida soberana “não está a funcionar bem”

A União Europeia está a abordar de maneira “fragmentada” e ineficaz a crise da dívida soberana europeia, que se estendeu da Grécia à Irlanda e Portugal, afirmou ontem o director do Fundo Monetário Internacional, Dominique Strauss-Khan.

“Estamos a defender no FMI, há pelo menos há seis meses, que é preciso um plano mais abrangente no lado europeu. Que a abordagem fragmentada de lidar um dia com taxas de juro e outro dia com outra coisa qualquer não está a funcionar bem. Muita coisa tem de ser implementada e ainda estamos à espera que isto apareça

realmente”, disse.

Em conferência de imprensa nas reuniões de Primavera do FMI, em Washington, Strauss-Khan não falou dos programas de ajuda a Portugal ou Irlanda, mas apenas do da Grécia, que, avisou, mesmo sendo “doloroso”, exige que o Governo grego “não perca o gás”. Referiu ainda que, “como seria de esperar, parte [do programa acordado com Atenas] não está a ser implementado tão bem como esperado”, em particular a taxação dos grandes

contribuintes, que “continuam a não pagar impostos”.

“O Governo grego, que foi muito arrojado em implementar muitas medidas no último ano, não deve perder gás”, avisou o director do FMI. “Se todos fizerem o trabalho de casa, incluindo o FMI, penso que [o programa de ajuda à Grécia] vai funcionar”, adiantou.

As “vulnerabilidades orçamentais e financeiras”, juntamente com o desemprego, foram os principais problemas para as economias desenvolvidas identificadas

por Strauss-Khan no seu balanço sobre o sistema económico e financeiro mundial.

O director do FMI rejeitou que a crise tenha ficado para trás, embora admita que o “pico” desta foi ultrapassado. Avisou para os efeitos da “complacência” dos decisores políticos, perante uma instabilidade que exige “acção urgente”. Para as economias avançadas, defendeu, as medidas devem dirigir-se à “reforma e reparação do sector financeiro, nomeadamente na Europa, onde os testes de stress em curso” têm de estar ligados a algum tipo de recapitalização”. **Lusa**

